

a.obra.nasce

revista.de.arquitetura.e.urbanismo.da.universidade.fernando.pessoa

12





ficha técnica

Título | Serial title

A OBRA NASCE
revista de Arquitetura e Urbanismo
da Universidade Fernando Pessoa
nº12, dezembro de 2017

Edição | Publisher

edições Universidade Fernando Pessoa
Praça 9 de Abril, 349 | 4249-004 Porto
Tlf. +351 225 071 300 | Fax. +351 225 508 269
edicoes@ufp.pt | www.ufp.pt

Conselho Editorial | Editorial

Managing Editor:

Luis Pinto de Faria (Professor Associado na Universidade Fernando Pessoa)

co-Editor:

Rui Leandro Maia (Professor Associado na Universidade Fernando Pessoa)

co-Editor:

Sara Sucena (Professor Auxiliar na Universidade Fernando Pessoa)

Comissão Científica | Scientific Advisory Board

Antonella Violano (Assistant Professor at the Department of Architecture and Industrial Design – Università della Campania "Luigi Vanvitelli")

Avelino Oliveira (Professor Auxiliar na Universidade Fernando Pessoa)

Clovis Ultramar (Professor na Pontifícia Universidade Católica do Paraná)

Conceição Melo (Mestre em Projecto e Planeamento do Ambiente Urbano FRUP/FEUP)

João Castro Ferreira (Professor Auxiliar na Universidade Fernando Pessoa)

Luis Pinto de Faria (Professor Associado na Universidade Fernando Pessoa)

Miguel Branco Teixeira (Professor Auxiliar na Universidade Fernando Pessoa)

Paulo Castro Seixas (Professor Associado no ISCSP – Universidade de Lisboa)

Rui Leandro Maia (Professor Associado na Universidade Fernando Pessoa)

Sandra Treija (Vice-Dean of the Faculty of Architecture and Urban Planning of Riga Technical University)

Sara Sucena (Professora Auxiliar na Universidade Fernando Pessoa)

Teresa Cáliz (Professora Auxiliar na Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto)

Design

Oficina Gráfica da Universidade Fernando Pessoa

ISSN

2183-427X

Reservados todos os direitos. Toda a reprodução ou transmissão, por qualquer forma, seja esta mecânica, electrónica, fotocópia, gravação ou qualquer outra, sem a prévia autorização escrita do autor e editor é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.

Reconstruir lugares. Da Bacia Carbonífera do Douro Rebuilding places. The Douro coalfield

Daniela Pereira Alves Ribeiro

CEAU-FAUP – Centro de Estudos em Arquitetura e Urbanismo,
Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto
daniela.p.alvesribeiro@gmail.com

RESUMO

Em 1994 encerra na Bacia Carbonífera do Douro a última exploração de combustível nacional, ficando em suspenso a evolução da paisagem outrora determinada pela transformação do carvão em energia, desde as estruturas de apoio social na proximidade dos pontos de extração até aos sistemas (infra)estruturais da, e na, cidade do Porto. Face à capacidade de representação dos valores que estabelecem vínculos entre o presente e o passado sobre a qual deverá incidir a condição patrimonial, abordamos esta paisagem tecnológica e de grande pendor identitário como uma unidade operativa, potenciadora de uma requalificação integrada e dotada de significado. O Sistema Carbonífero do Douro constitui-se como importante eixo de aproximação a um enquadramento prospetivo do bem patrimonial, tendo como desígnio potenciar um ordenamento subjacente à valorização paisagística e um estímulo à sua vivência enquanto referencial identitário, cujo propósito não poderá alienar-se do desenho arquitetónico.

Palavras-chave

Produção de energia, Sistema Carbonífero, Paisagem cultural, Salvaguarda patrimonial, Ordenamento territorial.

ABSTRACT

In 1994, the last Portuguese fuel exploitation, in the Douro Coalfield, was closed. It marks the suspension of this landscape evolution process, formerly determined by the transformation of coal into energy. This territorial transformation takes place from the social support structures, close to the extraction points, up to the (infra)structural systems of, and in, Oporto. The heritage status should rely on its capacity to represent values that establish links between the present and the past. Under this assumption this technological landscape is approached as an operative unit, in order to promote an integrated and meaningful requalification. The Carboniferous System of Douro sets itself as an important axis in approaching heritage property from a prospective framework. The goal would be to move closer to a territorial planning that lies beneath landscape enhancement and enables it to function as an identity referential, whose purpose cannot be separated from the architectural design.

Keywords

Energy production, Carboniferous system, Cultural landscape, Heritage protection, Territorial planning.

1. SISTEMA CARBONÍFERO DO DOURO

Em 1994 encerra a Mina do Pejão; dá-se a morte assistida da última exploração de combustível nacional. A afirmação da era industrial da eletricidade e da transformação química vem alterar o sistema energético assente no que Mumford (1934) designa por Capitalismo Carbonífero. Fica em suspenso toda a transformação de um território outrora determinado pela linha de produção de energia a partir do carvão.

Até à introdução de carvão mineral, a concentração das estruturas produtivas – e consequentemente, urbanas – é determinada em função da proximidade à fonte de energia.

Em 1775 as *Salines Royales D'Arc-et-Senans* (Claude-Nicolas Ledoux) são construídas na Floresta de *Chaux* para que o sistema produtivo se torne rentável face aos custos de transporte do combustível, a madeira; a localização da estrutura produtiva é aqui definida em função da proximidade à fonte de energia.

A introdução do carvão mineral como combustível vem revolucionar todo o sistema de produção e distribuição de energia. Excluindo-se os metais preciosos, o carvão mineral é das poucas substâncias não oxidadas na natureza. Se comparado com a madeira, é, já *à boca da mina*, muito mais compacto e, consequentemente, mais fácil de transportar e armazenar. Mais rentável.

Pela primeira vez, a indústria começa a viver de acumulação de energia; ganha primazia o carvão enquanto capital acumulável, tanto nas indústrias como nas próprias estruturas urbanas.

A proporção desta tecnologia sobressai quando começamos a perceber o sistema de transformação do combustível no território. A substituição da energia produzida pelos moinhos de água e do combustível extraído das florestas pelo carvão mineral conduz a uma extraordinária revolução socioeconómica (Mumford, 1992). Se até então o lugar da produção é determinado em função da proximidade à fonte de energia – as florestas, os leitos dos rios,... –, com a exploração do carvão mineral altera-se quer a lógica de implantação das estruturas fabris, quer os sistemas de infraes-

truturação das cidades. Deixa de ser o combustível o fator determinante na localização das estruturas industriais.

O zonamento decorrente da concentração das estruturas produtivas junto dos elementos capazes de produzir força motriz dá lugar ao crescimento das cidades, agora reorganizando-se com base em novas infraestruturas e modos de vida, preparando-se para a *modernidade*.

Por outro lado, enquanto capital acumulável, a extração do carvão mineral e o seu transporte, armazenamento e transformação passam a constituir-se como sistema de organização territorial, introduzindo a energia potencial novos paradigmas de ordenamento territorial.

Enquanto infraestrutura de abastecimento, toda esta linha de produção de energia delineada ao longo do território e a partir do que foi o único combustível nacional, vai moldando uma nova paisagem – agora tecnológica (Macedo, 2012). Estende-se desde os pontos de extração sobre a faixa carbonífera do Douro até aos sistemas domésticos de calefação, termoelétricas e estruturas industriais, maioritariamente no Porto, e constitui-se o que designamos Sistema Carbonífero do Douro.

Na base deste Sistema, novas estruturas urbanas¹ vão-se estabelecendo em torno dos pontos de extração, ao longo da Bacia Carbonífera do Douro. Decorrentes da viabilidade técnica e económica da exploração, formalizam no *sobresolo* a lógica produtiva subjacente à atividade do subsolo.

A Bacia Carbonífera do Douro (Sousa, 1973) define-se geologicamente sob a Bacia do Douro, ao longo de 26 quilómetros, abrangendo os concelhos de Gondomar e Castelo de Paiva; afirma-se a partir da segunda metade do século XIX, pela superioridade das suas antracites e proximidade ao Porto, núcleo intermodal determinante no processo de transformação do carvão.

¹ Tal como S. Marot (1996) apresenta em "Il ritorno del paesaggio", a estrutura urbana será entendida como resultante da urbanização enquanto processo de ocupação do território e não como um sistema de contraposição ao rural.



Fig.1: Carta da Região Mineira do Douro, Morando, 1888. Fonte: Litografia da Imprensa Nacional. Biblioteca Nacional de Portugal.

Será no final da década de 1910, passado um século desde a introdução do carvão na indústria portuguesa e devido às dificuldades de importação decorrentes da 1.ª Grande Guerra, que se verificará um efetivo incentivo à prospeção carbonífera, baseado em medidas protecionistas e de fomento ao consumo de carvão nacional.

Dependente das características do subsolo, a Exploração fixa-se em sítios onde é necessário criar o lugar, organizando-o em função da estrutura produtiva.

Sob a Bacia Carbonífera do Douro, a paisagem agrícola, outrora dominante, passa a assumir um carácter industrial. Aos campos de cultivo e matas de onde provinha o sustento das povoações então estabelecidas junta-se uma série de infraestruturas de suporte à indústria extrativa: poços de ligação ao subsolo, linhas-de-caminho de ferro, canais de esgoto e respiradouros para as galerias subterrâneas, *hangares* para armazenagem de madeira; também as de necessárias à (sobre)vivência da mão-de-obra: bairros habitacionais, cooperativas de consumo, igrejas, postos médicos, farmácias, fornos comunitários.

Suportado na figura jurídica do Couto Mineiro², estes “acessórios dos trabalhos mineiros”³ vão constituindo um novo modelo de urbanização, através do qual se procura, por um lado, otimizar os processos produtivos, por outro, dar resposta aos problemas introduzidos por um rápido processo de industrialização – concentrações demográficas, insalubridade, promiscuidade social. É na década de 1930, com as medidas estatais de fomento aos combustíveis nacionais, que este modelo decorrente da iniciativa privada começa a ganhar expressão.

² Na Bacia Carbonífera do Douro foram demarcados quatro Coutos Mineiros: Pejão (Castelo de Paiva) e Pederneira (Gondomar) – ambos em 1920, sob a alçada da Empresa Carbonífera do Douro –, S. Pedro da Cova (Gondomar), cuja última demarcação data de 1943, após requerimento da Companhia de Minas de S. Pedro da Cova, e Valdeão (Gondomar), demarcado em 1923, sob concessão da Companhia Mineira Portuense. Destacam-se os Coutos Mineiros do Pejão e de S. Pedro da Cova pela sua dimensão territorial, económica e social.

³ Designação atribuída aos edifícios e estruturas de apoio à mineração e promovidos pelas empresas concessionárias, no decreto n.º 18713 (publicado no Diário de Governo n.º 177, 1.ª série, de 1 de Agosto de 1930).

Os coutos mineiros da Bacia Carbonífera do Douro – em particular S. Pedro da Cova (Gondomar) e Pejão (Castelo de Paiva) – exemplificam estas transformações territoriais: ancorados numa identidade inculcada por valores nacionalistas, constituem-se de arquiteturas que respondem aos avanços técnicos impostos pela atividade produtiva, às quais se associa uma imagem de progresso, coletiva, de pertença à Empresa.

São estes os locais propícios à experimentação de materiais e modelos tecnológicos, organizando-se enquanto estruturas representativas de um surto de industrialização e inclusão iniciado em Portugal na segunda metade do século XIX e que terá nas décadas de 1940 e 1950 o seu apogeu, decorrente, em parte, das necessidades energéticas impostas pela 2.ª Grande Guerra.

Constituem-se comunidades autónomas, dependentes de uma tutela especial com uma cultura administrativa própria, onde todos os pormenores do quotidiano mineiro são equacionados, desde a organização social à prática de desporto. No fundo, um sistema paternalista justaposto ao Estado, que extrapola a gestão empresarial e assume um papel de autoridade pública, firmando-se como âncora cultural de uma unidade territorial determinada pela lógica produtiva.

Nesta unidade territorial ganha relevância, mais do que qualquer edifício, a estrutura socioterritorial, enquanto espinha dorsal das dinâmicas económicas, sociais e até mesmo culturais de toda a população, extravasando os trabalhadores da mina.

Contrariamente à fábrica, aqui ganha relevância a relação que a indústria estabelece com o lugar: é no território que assenta o património mineiro e, por isso, muitas vezes desconsiderado perante a ausência de valor arquitetónico de cada um dos objetos que o formulam enquanto sistema.

Contudo, tal como, em 1934, refere Mumford (1992), a mina é a base de assentamento urbano mais vulnerável possível. Desativada a exploração do filão, encerra, deixando para trás um solo moldado para e pela exploração – agora contaminado –, e tornando obsoletas as estruturas determinadas pela atividade extrativa: as intervenientes no processo produtivo, sem função; as de carácter social, sem mão-de-obra a quem servir.

No caso do carvão, é a desmaterialização da fonte de energia – que passa a ser transportada por cabos aéreos desde as hidroelétricas até aos pontos de consumo – que conduz

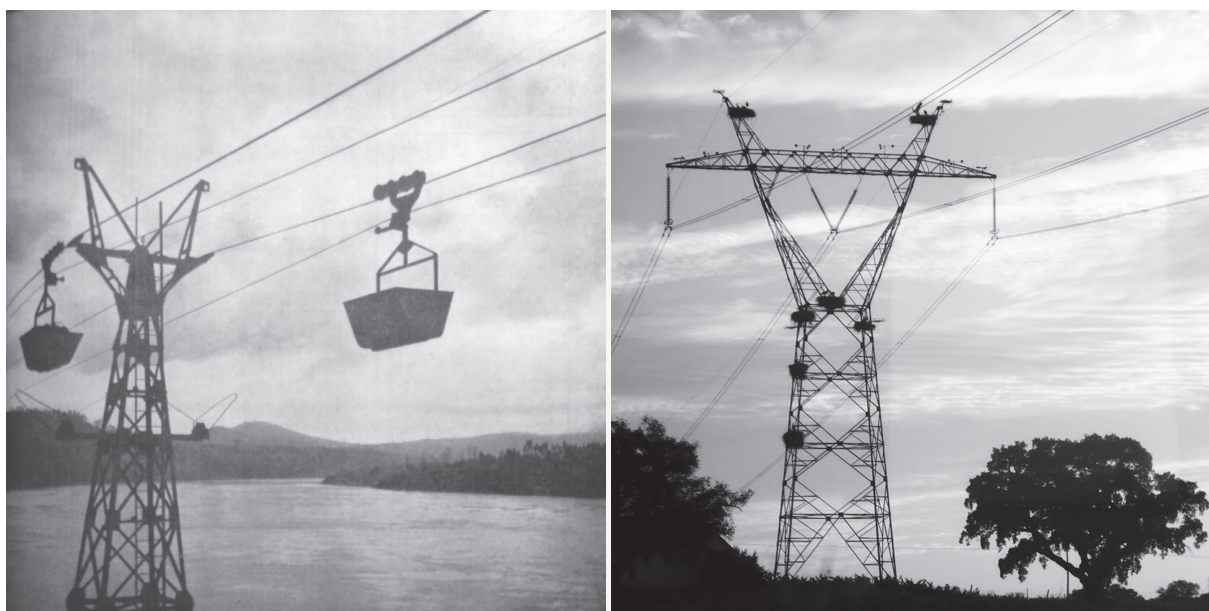


Fig.2 e 3: Cestas de carvão a ser transportadas de Germunde – Castelo de Paiva – para a Central Termoelétrica da Tapada do Outeiro vs transporte de eletricidade. Fonte: Mensário “O Pejão”, n.º 139 Ano XII Abril de 1960 (Fig.2); fotografia do autor, 2016 (Fig.3).

ao desaparecimento da necessidade de uma estrutura física de suporte a este sistema sociotécnico.

2. BEM PATRIMONIAL: RECONHECIMENTO

Tratando-se de arquiteturas desenhadas para dar resposta a uma função específica, estes complexos industriais refletem a problemática apresentada já por Aldo Rossi (1966) face à arquitetura funcionalista aquando do fim do seu propósito. A esta questão, os últimos trinta anos têm respondido com alterações programáticas nas arquiteturas que, pelo seu funcionalismo, apresentam dificuldades de adaptação a novos usos, acabando por se transformar em edifícios-contentores.

O mesmo se identifica perante o contexto socioeconómico, representando estas estruturas produtivas o principal elemento identitário e de enraizamento das populações que nestes territórios então se fixaram. Fica em suspenso o seu potencial enquanto estrutura urbana organizada em função da atividade produtiva.

Do Sistema Carbonífero do Douro reconhece-se uma série de edifícios cuja adaptação funcional os transformara em museus: em S. Pedro da Cova, o que era a casa da malta⁴ passara a Museu Mineiro (1989); no Porto, o que foi até à década de 1960 uma fábrica de briquetes da Empresa Carbonífera do Douro, passara a Museu Nacional da Imprensa (1997); na Póvoa, também a casa da malta passaria a Museu do Carvão & das Minas do Pejão (2004, programa museológico não concretizado).

Pese embora a qualidade de cada uma destas estruturas enquanto programa cultural, estamos perante abordagens quase sempre parciais e decorrentes de um entendimento de património subjacente a uma lógica de *museificação*, não permitindo uma real integração dos seus valores nas vivências do nosso tempo e, conseqüentemente, muito aquém

da afetação cultural inculcada pelas populações que aqui se estruturaram.

Por outro lado, o entendimento de cada um destes equipamentos, enquanto edificações singulares, e consequentemente desintegrados da lógica subjacente ao Sistema Carbonífero do Douro, levanta uma série de problemáticas no que diz respeito ao seu entendimento patrimonial, para as quais se tem vindo a procurar respostas baseadas na articulação entre planeamento, gestão de território e intervenção arquitetónica.

Num contexto em que o próprio conceito de património é recorrentemente recodificado pelas várias disciplinas científicas – património geológico, ambiental, tecnológico –, a sua condição incide hoje mais do que num objeto ou ato, numa representação que extravasa seu significado etimológico⁵.

Se o monumento⁶ era entendido como o objeto da memória e da identidade, a atual condição patrimonial deverá incidir na capacidade de representação dos “valores e necessidades que estabelecem vínculos entre o presente e o passado, dando coerência a um mundo em constante transformação” (Choay, 2005, p. 9). É da procura desta “coerência” que surge o confronto entre o carácter material do que é *patrimonializado* e a imaterialidade inerente à sua representação.

No Sistema Carbonífero do Douro este confronto é concretizado no conceito de paisagem cultural, tal como apresentado por Sauer (1925) e, posteriormente, adaptado pela UNESCO enquanto expressão da memória e identidade de um lugar, quando caracterizado por uma cultura coerente.

Contudo, a paisagem cultural, passível de proteção, é aquela em que a adequação entre componentes ecológicas e culturais se efetiva. Rapidamente nos deparamos

⁴ Dormitório onde pernoitavam os mineiros provenientes de regiões mais distantes durante a semana de trabalho, regressando, ao fim de semana, a casa.

⁵ A palavra património vem do latino *patrimonium*, que significa conjunto de bens pertencentes ao *pater*, o radical de palavras como “pai”, “pátria”, “pátrio”, que refletem todos a ideia de origem, de pertença.

⁶ A palavra monumento vem do verbo latino *monere*, que significa “fazer recordar” e também “instruir”.

com problemáticas decorrentes da natureza poluente e altamente exploratória dos “*imperativos socioeconómicos [...] que (aqui) desenvolveram a sua forma [...] em resposta ao ambiente natural*” (Agiar, 2007, p. 17), não se integrando, *a priori*, este tipo de paisagens numa “*ordem patrimonial*” (Pereira, 2015, p. 144).

Estamos perante um entendimento de património cultural cuja imaterialidade vai para além das “*práticas, representações, expressões (e) espaços culturais*” (Governo de Portugal, 2008, p. 1698) que sustentam a identidade dos Coutos Mineiros. Estende-se ao que Paulo Pereira designa património atmosférico, um património metafísico, sensível, decorrente da atribuição de um valor sentimental, mais profundo e de difícil definição (Pereira, 2014).

É esta valoração que nos permite passar da percepção do território à apreensão da paisagem (Roger, 1997) e que, aproximando-se do transcendente, determina o carácter fenomenológico do lugar, tal como Norberg-Schulz o define em 1976.

Trata-se de um processo interativo, uma pseudo-guerra (Bourdin, 1984), entre intimidade – na qual incide a veracidade do lugar – e o entendimento universal do seu valor, subjacente à conceção de paisagem enquanto construção histórica e que permite perspetivar os elementos que a constituem não como objetos, mas inerentes à lógica da sua transformação.

Não obstante, o processo de *patrimonialização* é frequentemente ativado perante a ameaça de desaparecimento, reaproximando-se da ideia de herança: quando falamos de património, referimo-nos sobretudo a bens comuns que deixaram de estar integrados nas práticas quotidianas.

Bourdin (1984) remete este fenómeno para o seu significado etimológico ao qual é atribuído uma valoração, ainda que subjetiva, que, por si só, constituir-se-ia garantia para o futuro. A *patrimonialização* surte assim como subterfúgio perante a angústia do vazio transversal à sociedade que atribui à condição patrimonial uma confiança sagrada, contra a qual nos vemos obrigados a legitimar as transformações a que submetamos o ambiente que herdamos.



Fig.4: Caveleto de S. Vicente (1934), das Minas de S. Pedro da Cova, em Gondomar. Esta edificação é classificada como Monumento de Interesse Público em 2010. Os caveletes da Bacia Carbonífera do Douro constituem exemplos únicos de estruturas em betão armado em Portugal e dos poucos na Europa. O seu processo de classificação decorreu da pretensão de antigos mineiros, ao reconhecerem-lhe valor enquanto símbolo do trabalho, do esforço e das lutas operárias. Fonte: Fotografia do autor, 2016.

Esta retórica inerente ao património tem conduzido à sua proliferação – diretamente proporcional à obsolescência funcional a que é votado e aos mecanismos de disseminação – e consequente carga de consumo, correspondendo, simultaneamente, a um discurso progressivamente individualizado, de escala reduzida e populista perante a interpretação da memória e do passado (Domingues, 2014).

Rapidamente, o valor patrimonial passa a incidir sobre uma visão *monumentalista e objetificada*, que se constitui mote para a destruição do próprio conjunto subjacente à sua razão valorativa.

Os designados centros históricos refletem particularmente bem esta problemática, então decorrente dos processos de regeneração desencadeados com a sua classificação enquanto património (S. Salvador da Baía, 1985; Porto, 1996).

Também em S. Pedro da Cova se assistiu à degradação do Cavelete de S. Vicente (S. Pedro da Cova, Gondomar) após a sua classificação como Monumento de Interesse Público, em 2010, neste caso não como consequência de um processo de economismo cultural e turístico (Choay, 2005), mas sim pela dificuldade de superar o seu mero rastreamento e avançar para um reconhecimento do bem patrimonial enquanto recurso operativo.

Por outro lado, na Bacia Carbonífera do Douro, estamos perante estruturas cuja natureza ordinária, quotidiana, e mesmo funcional, nos leva a identificá-las como valores menores. Contudo, o seu carácter íntimo, resultado de um reconhecimento genuíno, permite-nos pensar nestes lugares como potenciadores de uma requalificação integrada e dotada de significado (Pereira, 2014), nos quais é possível estabelecer identificação e afeição profunda com as características do ambiente circundante, e que Norberg-Schulz (1976) designa habitar.

3. BEM PATRIMONIAL: ENQUADRAMENTO PROSPETIVO

Entre um Centro Histórico do Porto e um Alto Douro Vinhateiro, Patrimónios Mundiais, o Sistema Carbonífero do Douro constitui-se então como importante eixo de aproximação a um enquadramento prospetivo do bem patrimonial, no qual o carácter relacional assume particular relevância; também o confronto com o lugar, enquanto espaço do habitar (Norberg-Schulz, 1976), apresentando, portanto, um pendor local e culturalmente determinante.

Esta abordagem subjacente a uma ideia-força de escala territorial, capaz de promover a reversão do processo de decadência a que foi votado, e conseqüente valorização – sociocultural e natural –, assenta em:

- a) Definir o problema, tornando inteligíveis as lógicas que sustentaram o sistema de transformação de energia e a forma como o espaço produtivo produz espaço social.

A transformação paisagística decorrente da substituição do carvão por eletricidade conduziu a que se entenda hoje a energia como algo adquirido, chegando aos consumidores sem que estes se apercebam da dimensão – também territorial – do processo de produção do que consomem. No entanto, a produção de energia sempre foi, e será motor de alteração social, económica, e cultural, constituindo-se, na sociedade ocidental, como a representação mais evidente entre tecnologia, economia e cultura, então formalizada nas transformações territoriais subjacentes às lógicas do seu transporte, transformação e modos de consumo.

Na base deste Sistema estão os coutos mineiros, estruturas administrativas que regem os povoados que se desenvolvem em torno da *fábrica*, fortemente influenciados pelas arquiteturas utópicas que marcaram o início da industrialização europeia e que formalizam, já na sua génese, as alterações ideológicas decorrentes dos paradigmas socioeconómicos introduzidos por uma nova lógica produtiva.

Organizadas como cidades ideais⁷, estas estruturas suportam-se na autonomia económica e funcional, capaz de assegurar uma vida equilibrada, agregando todos os meios de produção, de educação, de lazer.

A sua abordagem morfológica conduz ao entendimento dos princípios que fundamentam a “Cidade Industrial” (Tony Garnier, 1901): habitação (modelos, tipologias, implantação, orientação) e relação com o sistema produtivo, equipamentos e serviços de apoio (escolas, equipamentos sanitários, desportivos, ...) e sua distribuição, unidades produtivas e articulação com as redes viárias de distribuição, tornam-se particularmente relevantes para o enten-

⁷ Carlo Aymonino refere-se em particular às propostas de Charles Fourier e Robert Owen, Falanstério e New Harmony, respetivamente (Aymonino, 1972).

dimento destes sistemas enquanto reflexo de um modelo de urbanização progressista, e que estará nas "origens da urbanística moderna" (Benévolo, 1963, p. 5).

Esta paisagem tecnológica ganha relevância enquanto valor da modernidade, símbolo do progresso; também pela relevância que (man)teve na organização territorial.

- b) Elaborar a solução, entendendo a Unidade de Paisagem Património (UPP), como recurso operativo.

Todo o sistema de organização territorial subjacente à linha de produção de energia no vale do Douro será entendido como UPP, enquadrada como área relativamente homogénea que denota a estreita relação entre as características ecológicas do território e as atividades que nele se desenrolam, num intervalo de tempo,

ante e post, bem definido e que possui uma inteligibilidade de funcionamento intrínseca, permitindo não só o seu relacionamento mas também a adoção de medidas e estratégias de intervenção (Dias, 2011).

Com base em leituras interdisciplinares, estrutura-se o fio condutor das manifestações patrimoniais, relacionando-as com a sua funcionalidade, reforçando a identidade e o simultâneo entendimento da narrativa subjacente ao Sistema.

Deixa de ser a divisão administrativa o fator determinante no ordenamento do território para dar lugar a uma UPP, conducente à revalorização dos recursos patrimoniais segundo um modelo economicamente mais viável, ambientalmente mais sustentável, enraizado na sua identidade e socialmente mais justo.

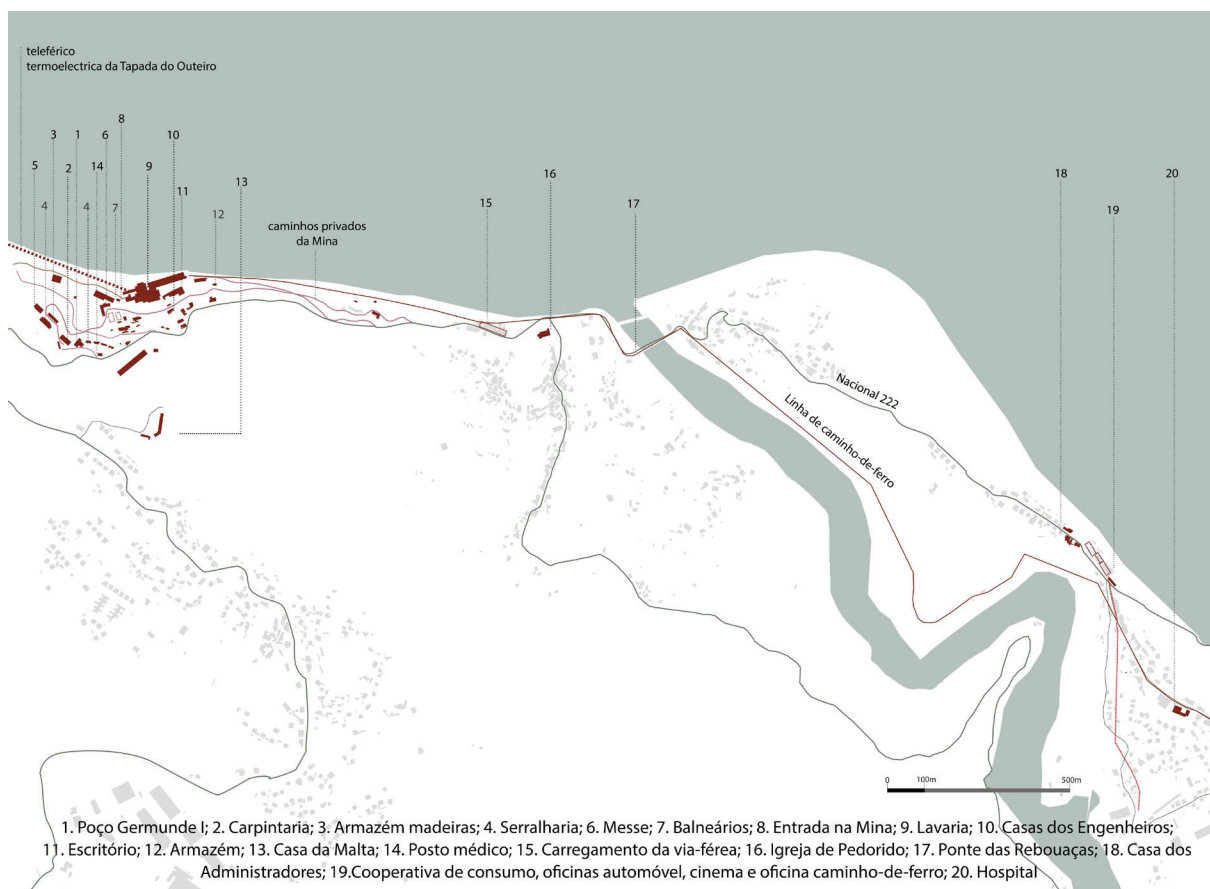


Fig.5: Sistema urbano estruturado a partir do Couto Mineiro do Pejão: Germunde-Oliveira do Arda, Castelo de Paiva [final da década de 1950]. Fonte: Produção do autor.

- c) Valorizar os resultados, operacionalizando a Unidade de Paisagem Património.

Esta aproximação ao território a partir da figura da UPP constitui-se como um olhar profundamente intencional, procurando neste reconhecimento as chaves de leitura para um posterior desenvolvimento projetual.

O entendimento relacional entre os diferentes momentos que compõem a UPP, transversal às diferentes escalas da paisagem carbonífera – não só do território, mas da própria intervenção –, emerge como estratégia potenciadora de desenvolvimento territorial, sustentado numa identidade subjacente aos recursos patrimoniais.

Ritter (1962) identifica *le promeneur* como o sujeito da paisagem, definindo o percurso como meio para a sua apropriação. A figura do itinerário enquanto meio de vincula-

ção dos recursos identificados na UPP, reequacionando as conexões entre os lugares que constituem o Sistema Carbonífero do Douro, ganha relevância na caracterização desta paisagem; o desenho arquitetónico como ferramenta no processo de interpretação interativa entre escalas, e dispositivo de relação entre os elementos, capaz de definir as distâncias necessárias entre eles (Zampieri, 2012); enquanto (re)construção dos traçados e fragmentos que garantem a sua releitura; como resolução.

Numa paisagem profundamente transformada, o desenho aparece como ferramenta para a sua regeneração, suportando-se num conjunto de intervenções mínimas, evidenciando a leitura do sistema energético, promovendo a sua sistémica e significativa reconversão. Desenha-se para tornar a linha de produção territorial inteligível perante os lugares do presente. Também para a definição de estratégias de intervenção.

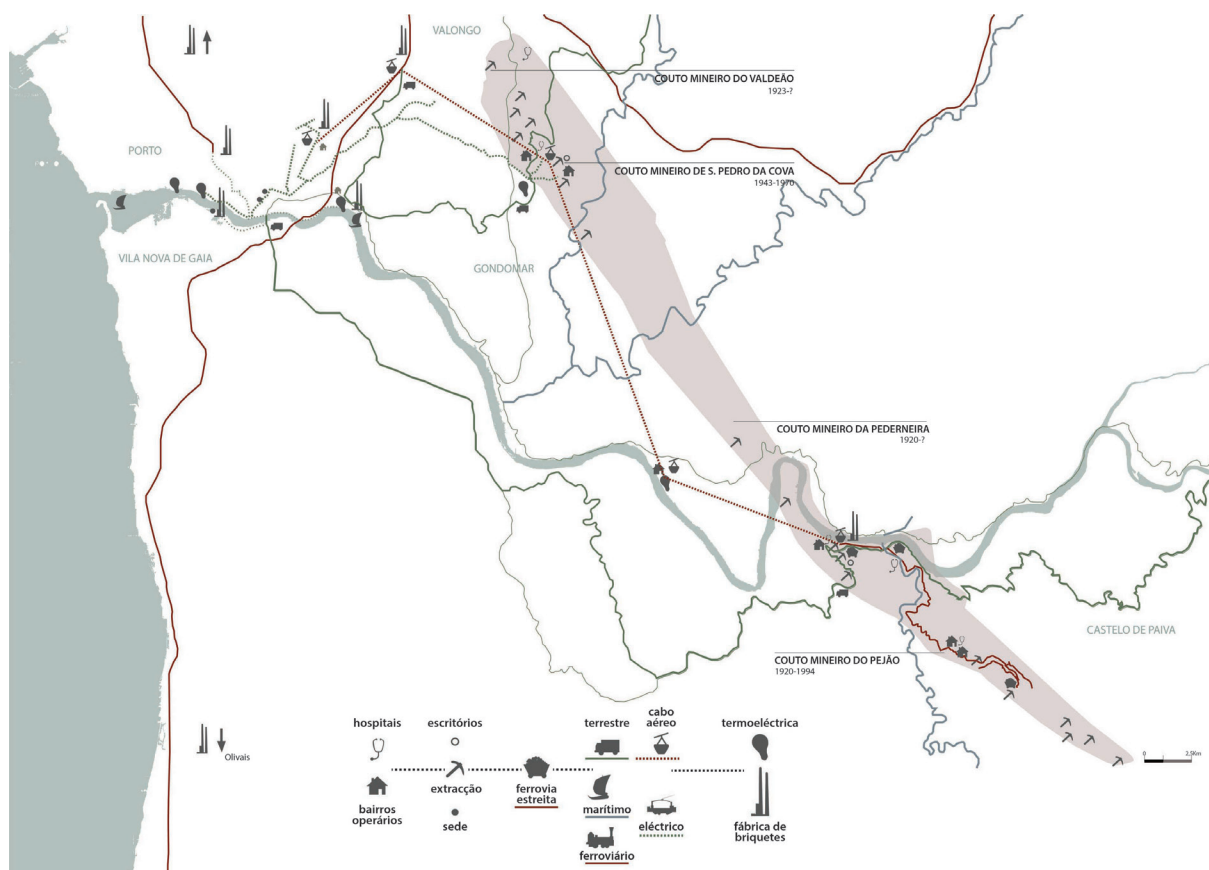


Fig.6: Sistema Carbonífero do Douro. Fonte: Produção do autor.

4. CONCLUSÕES

Procura-se, a partir da abordagem ao Sistema Carbonífero do Douro, definir uma metodologia para a intervenção sobre o território da memória, de forma a, e com o próprio, encontrar respostas atuais, que permitam chegar a uma estratégia de continuidade – temporal e espacial – para a sua transformação.

Enquanto território da memória, este sistema de relações subjacente à transformação do carvão em energia, formalizado numa determinada área e período temporal, resulta hoje de um conjunto de marcas, mais ou menos perceptíveis, mais ou menos presentes, que se vão sobrepondo, independentemente da sua natureza – geológica, administrativa, política, económica.

A descodificação desta realidade em contínua evolução deverá tornar-se matéria ativa para a criação de lugares onde o habitar – tal como conceitualiza Norberg-Schulz – urge como princípio de intervenção; matéria, memória e método como elementos de sintaxe para essa transformação.

A apropriação do bem patrimonial de forma prospetiva é passível se decorrente de um compromisso intermunicipal, conduzindo à reavaliação dos objetivos e vantagens imediatas do uso turístico, estendendo-se ao sistema estrutural, suporte das dinâmicas quotidianas – fundamentalmente o que ao espaço público diz respeito –, determinante para novas dinâmicas regionais.

Pensar o património em articulação com as metodologias para a sua intervenção constitui-se assim como forma de extrapolar a reivindicação do legado patrimonial e sua preservação, tornando-o conseqüente no desenvolvimento local, subjugado, sobretudo, à qualidade de vida dos habitantes, para quem tem particular relevância enquanto vínculo civilizacional.

BIBLIOGRAFIA

- Aguiar, J.** (2007). Património Paisagístico: Os Caminhos da Transversalidade. [Em linha]. Disponível em <http://icomos.fa.utl.pt/eventos/apap2007.pdf> [Consultado em 03/03/2015].
- Aymonino, C.** (1972). *Origines y desarrollo de la ciudad moderna*. Barcelona, Editorial Gustavo Gili [Ed. Original: 1971].
- Benevolo, L.** (1972). *Aux sources de l'urbanisme moderne*. Paris, Horizons de France [Ed. original: 1963].
- Bourdin, A.** (1984). *Le patrimoine réinventé*. Espace et Liberté. Paris, Presses Universitaires de France.
- Cardoso, I. L.** (coord.) (2013). *Paisagem e Património. Aproximações pluridisciplinares*. Porto, Dafne Editora | CHAIA.
- Carlo, G.** (2015). *L'architettura della partecipazione*. A cura di Sara Marini. 2.ª ed. Macerata, Quodlibet.
- Choay, F.** (2005). *Património e mundialização*. 2ª ed. Évora, Editora Licorne / CHAIA.
- Choay, F.** (2006). *A alegoria do património*. Lisboa, Edições 70 [Ed. original: 1982].
- Dias, L. T.** (2011). *Património construído como património prospetivo*. Prova de Agregação. Porto, Faculdade de Arquitetura, Universidade do Porto.
- Domingues, A** (2014). Patrimónios Desamparados. *In: Revista Património*, n.º 2, pp. 6–15.
- Governo de Portugal** (2006). Convenção para a salvaguarda do Património Cultural Imaterial (Resolução da Assembleia da República n.º 12/2008 de 26 de Março). *In: Diário da República*, 1.ª série – N.º 60.
- Macedo, M.** (2012). *Projectar e Construir a Nação. Engenheiros, Ciência e território em Portugal no século XIX*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

Marot, S. (1996). *Desvigne & Dalnoky : il ritorno del paesaggio*. Milano, Motta editore.

Mumford, L. (1992). *Técnica y civilización*. 5ª ed. Madrid, Alianza Editorial [Ed. original: 1934].

Norberg-Schulz, C. (1976). Genius Loci. In: *Lotus 13*, pp. 57–67.

Pereira, P. (2014). Património e intimidade. In: *Revista Património*, nº 2, pp. 82–85.

Pereira, P. (2015). Arquitecturas Marginadas. In: *Revista Património*, nº 3, pp. 144–153.

Ribeiro, D. A. (2016). Territories of energy production and landscape heritage. The Coal Basin of Douro. In: *Joelho, Revista de Cultura Arquitectónica*, n.º 6, pp. 162–170.

Ritter, J. (1997). *Paysage: Fonction de l'esthétique dans la société moderne. Accompagné de L'ascension du mont Ventoux de Pétraque et La promenade de Schiller*. Besançon, Les Éd. de L'Imprimeur cop.

Roger, A. (1997). *Court traité du paysage*. Bibliothèque des sciences humaines. Paris, Gallimard.

Rossi, A. (2012). *L'architettura della città*. 2.ª Ed. Macerata, Quodlibet Abitare [Ed. Original: 1966].

Sabaté Bel, J. (2016). Un futuro para las colonias industriales de los Ríos Ter y Llobregat. In: Layuno Rosas, A; Perez Palomar, J. (Eds.). *Patrimonio Industrial en las Periferias Urbanas*. Alcalá de Henares, Ayuntamiento de Alcalá de Henares, pp. 17–30.

Sauer, Carl (2006). La morfología del paisaje. In: *Polis, Revista de la Universidad Bolivariana*, 5 (15) [Ed. original: 1925].

Silva, M. P. (2009). *Forma e Circunstância: a praça na cidade portuguesa contemporânea*. Tese de Doutoramento. Porto, Faculdade de Arquitetura, Universidade do Porto.

Sousa, M. L. (1973). *Contribuição para o conhecimento da Bacia Carbonífera do Douro*. Tese de Doutoramento. Porto, Faculdade de Ciências, Universidade do Porto.

Zampieri, L. (2012). *Per un progetto nel paesaggio*. Macerata, Quodlibet.